



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPPLY / ERIKA HILTON

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vamos dar início à Audiência Pública semipresencial desta Comissão Extraordinária em Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Nós estamos aguardando a equipe técnica para regularizar toda possibilidade de participação das pessoas. Esta reunião será presidida pela Vereadora, Presidente desta Comissão, Erika Hilton, e o tema será Visibilidade Intersexo.

Gostaria de fazer uma introdução. No dia 26 de outubro é comemorado o Dia da Visibilidade Intersexo, uma data que infelizmente ainda não é muito reconhecida em nosso País. E justamente por essa invisibilidade, em parceria com a Coveadora Carolina Iara, da Bancada Feminista, decidimos propor a realização desta Audiência Pública para que possamos todas, todos e todes nos conhecer um pouco melhor e conhecer essa população, a sua complexidade e os desafios que enfrentam. A data de 26 de outubro remete à primeira manifestação pública em defesa dessa população, durante a Conferência Anual da Academia Americana de Pediatria, em Boston, nos Estados Unidos. Desde então celebrar a visibilidade das pessoas intersexo é, antes de tudo, a defesa de suas respectivas vidas, de direitos e autonomia, assim como celebrar o direito de crescerem de forma saudável e plena na infância e na adolescência.

Tenho uma grande amiga que se descobriu intersexo após adulta, já em 2013, após exames que realizou no Hospital das Clínicas. A Marjorie Serrano é uma mulher intersexo que foi criada como um menino na Fundação do Bem-Estar do Menor, na Febem, desde os dois anos de idade. Ela teve infância e adolescência muito sofridas e solitárias, sem afeto ou amor, afastada dos irmãos e da mãe, submetida a todo tipo de violência, como: tortura no pau-de-arara ou choques elétricos. Hoje em dia ela consegue ter uma vida digna e de forma coerente com o que é e como se sente. Minha proximidade com Marjorie se dá por compartilharmos os mesmos objetivos de implementar a Renda Básica de Cidadania no Brasil e no mundo. Ela é autora de uma peça de teatro chamada *RBC na Cracolândia*, que relata sobre a importância de uma Renda Básica de Cidadania para pessoas que fazem uso problemático de drogas poderem reduzir esse consumo e ganhar qualidade de vida. Trata-se de uma peça de cena única, de cinco minutos,

muito didática que apresentamos inclusive, recentemente, na Praça Princesa Isabel, junto à região onde se dá o fluxo na Cracolândia. De 2009 a 2013 fizemos palestras com a encenação da peça em diversas universidades, como: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Sociologia e Política e a PUC de São Paulo, assim como em diversas cidades: Caconde, Santo Antônio do Pinhal, Guarulhos, entre outras. Este ano conseguimos encenar a peça na região da Cracolândia e também foi um sucesso. Trago um pouco da história da Marjorie porque sei que o desconhecimento dela sobre a sua condição intersexo trouxe muito sofrimento à sua vida.

Justamente por isso agradeço a presença de todas as pessoas que estão aqui hoje, e que possamos ouvir atentos e pensar em como melhorar a qualidade de vida das pessoas intersexo na nossa Cidade e no nosso País.

Quero ainda lembrar que, no início dos anos 80, quando Anderson Herzer, nascida Sandra Mara Herzer, nos deixou um livro que foi publicado, *A Queda para o Alto*, porque ela havia falecido. Esse livro é o primeiro que traz a história de uma pessoa trans, a sua própria biografia, e já faz quarenta anos de sua publicação. Ainda hoje conversei com a nossa Presidenta Erika Hilton, que se dispôs a escrever o prefácio da nova edição. Já são mais de 26 edições do livro *A Queda para o Alto*, de Herzer. Eu também vou falar com o Thammy Miranda para que possa escrever. Então teremos uma boa nova na publicação da nova edição de *A Queda para o Alto*, com novo prefácio. O livro já contém o meu prefácio, minha apresentação, mas vai ter agora a de Erika Hilton e de Thammy Miranda. A Editora Vozes já concordou em publicar a nova edição de *A Queda para o Alto*.

Então, se já pudermos passar a palavra para a nossa querida Presidente Erika Hilton. (Pausa). Cris Monteiro está podendo participar?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Estou aqui, Vereador Suplicy. Vou deixar o meu momento de fala para o final, se eu tiver oportunidade, vamos deixar as pessoas falarem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Está ótimo. E a Erika Hilton já está podendo participar? (Pausa).

Então vamos agora passar a palavra a alguns dos nossos convidados. Primeiro,

Mônica Porto, está presente? (Pausa).

A SRA. MÔNICA PORTO – Estou sim, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Então, por favor, pode se apresentar e colocar a sua reflexão a respeito da questão da visibilidade intersexo.

A SRA. MÔNICA PORTO – Obrigada, Suplicy. Primeiro, eu queria falar que a Carolina lara não está conseguindo entrar, está tendo problema para entrar na reunião.

Segundo, eu vou começar me apresentando: eu sou a Mônica Porto, sou advogada, estou como advogada da Abrai, também estou Presidente da Condição de Direito LGBTQIA+ da OAB/Sergipe, a primeira Presidente que é uma pessoa intersexo, e tenho muito orgulho disso. E a gente acabou, junto com outras pessoas que estão aqui, inclusive com o Dr. Paulo Iotti, entrando nessa questão do registro da pessoa intersexo, que não existia porque o registro é “sexo ignorado”. Então, crianças que nascem com genitália ambígua, agora vão ter esse registro, mas não necessariamente intersexo porque nem todas as crianças intersexo nascem com genitália ambígua.

Eu acho que quando falamos do Dia da Visibilidade Intersexo temos de falar a respeito da invisibilidade das pessoas intersexo. As pessoas intersexo aqui no Brasil não existem. Uma frase minha, que até a Erika Hilton repostou no *Twitter*, é que esse registro de pessoas que nascem com genitália ambígua como sexo ignorado, é algo desumano porque realmente é. Ninguém é ignorável. E por que não aceitar o sexo da pessoa intersexo? Porque a partir do momento que nós não temos uma normativa jurídica brasileira, a gente não tem como exigir políticas públicas e nós precisamos delas.

Então é muito importante falar no Dia da Visibilidade Intersexo, e também falar da nossa invisibilidade porque nós sequer existimos. Para a gente ter tratamentos de saúde específicos – e o Dr. Magnus está aqui, está de prova – precisamos ir para um hospital universitário, não tem tratamento de saúde específico para a gente, é só experimental. Então espero que consigamos avançar para que possamos vir a ter tratamento de saúde, que sejamos registrados como pessoas intersexo, que eu acho essencial, e que paremos com a

desumanização da pessoa intersexo. Colocam muito a questão da binaridade do sexo, mas não aceitam a nossa existência. A partir do momento que está normatizado, que existe um sexo ignorado, é como se não aceitassem a nossa existência. Entendo que algumas pessoas vão dizer, mas a partir do momento que tem sexo ignorado, podemos dizer que essas pessoas existem e conseguiremos outras coisas. Tudo bem, mas ao mesmo tempo que dá para fazer isso, estão ignorando o sexo daquela pessoa, estão registrando como “sexo ignorado”. Então, é imprescindível a questão do registro porque pessoas intersexo existem e precisam existir sim na normativa jurídica brasileira.

Agradeço e passo a palavra de volta para Eduardo Suplicy, obrigada, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mônica Porto, obrigado pelo seu testemunho muito importante, e agradeço a atenção de aqui comparecer.

Agora, vamos passar a palavra para Magnus Régis Silva. Está presente? (Pausa).

O SR. MAGNUS RÉGIS SILVA – Bom dia! Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Bom dia, pode falar, Magnus.

O SR. MAGNUS RÉGIS SILVA – Agradeço, Vereador Eduardo Suplicy. Em nome da Vereadora Carolina Lara, agradeço pelo convite, felicito a todos, parabênzulo pela iniciativa de trazer, como a Mônica nos trouxe, a visibilidade das pessoas intersexo, tão desumanamente vistas e incompreendidas no nosso País. Acho que isso explica meu primeiro destaque quanto à iniciativa dessa bancada, que procura trabalhar pelos Direitos Humanos.

Eu tentei trazer uma fala curta, mas vou me fixar num caso que exemplifica, eu acho, a trajetória dessas pessoas intersexo quando atendidas num ambiente dos hospitais universitários com o qual eu trabalho. Trago aqui o caso de uma menina, Taís, um nome fictício, até para homenagear Taís, mãe de uma pessoa intersexo, que vive diuturnamente... muitas vezes, essa tragédia, que é a história dessas pessoas.

Então, Taís me procura aos dezenove anos – por intermédio de uma amiga que já passava conosco – dizendo ter tido alta da pediatria de um hospital do interior do Estado de São Paulo. Ela recupera para nós a sua história de uma maneira bastante insegura, voz trêmula, às

vezes com os olhos cheios de lágrimas, dizendo que soubera há pouco tempo que fora registrada como menina apesar de apresentar “um genital esquisito ao nascimento”, e que até os sete meses apresentava muita infecção urinária devido a um excesso de pele cobrindo toda uretra, motivo pelo qual seus pais procuraram um pediatra da região, que orientou que procurassem um cirurgião para corrigir esse clitóris grande, e retirar dois caroços – palavras da Taís – porque esses caroços poderiam dar câncer. Assim chega essa população para nós, é com esse conjunto de terror colocado em cima da família.

Os pais da Taís ficaram bastante convencidos de que ela deveria, sim, ser operada e aos onze meses autorizaram corrigir o excesso de pele do clitóris e a retirada das gônadas. O exame dessas gônadas revelou que se tratava de um testículo infantil, sem nenhuma outra alteração. Ela soube pelos pais que foram orientados a voltar com cinco anos de idade para uma nova cirurgia de vagina porque, apesar de ter uma uretra “feminina”, tinha uma vagina muito pequena, apelidada de “vagina cega”. Ela sorriu para nós, ironicamente, dizendo que nós, médicos, inventamos termos engraçados, pois não sabia que um órgão com tantos nomes pudesse também ter olhos. Ela recorda, portanto, que aos cinco anos fez vários exames de sangue, vários exames com contrastes, não lembra o porquê, mas que machucavam muito. E, em seguida, depois desses exames, foi decidido postergar as cirurgias para os nove anos de idade. Ela foi indagada, nessa ocasião, sobre os sinais de desidratação ao nascimento, se tinha feito o exame de cariótipo, se ela tinha tido hospitalizações prévias, e se havia caso semelhante na família, como essa genitália que ela auto chamou de esquisita. A Taís respondeu que os exames de sangue, todos, sempre eram normais e que tinha uma prima com quadro semelhante ao seu, uma irmã com cistos de ovário e que os pais, de fato, eram primos de primeiro grau. Aos nove anos e três meses ela foi, portanto, operada para ampliar esse canal vaginal, que é tido como vagina cega, usando uma parte do seu intestino, mas duas semanas depois dessa cirurgia, a Taís apresentou uma trombose na perna esquerda. Ela retornou aos dez anos para diminuição dos grandes lábios, por serem muito “gigantes”, palavras da Taís. Ela foi indagada sobre o consentimento ou assentimento sobre as cirurgias, e ela lembra de ter concordado sim com a

cirurgia dos grandes lábios porque isso a incomodava, mas não sabia da necessidade do uso frequente de dilatadores vaginais. Taís – nessa hora – pausa um pouco, chora e retorna dizendo que tinha muita dor ao usar dilatadores e, por duas vezes, jogou-os fora no banheiro da escola. Ela era agressiva com os pais por insistirem com ela sobre o uso regular de dilatador vaginal. Ela recupera a memória, com mais choro, depois de afirmar que essas dilatações forçadas ocorreram entre os nove anos e meio até catorze anos de idade, e que esse foi o pior período da vida dela, motivo pelo qual deixou de dançar. Ela fazia dança e saía com as colegas de turma da escola, e completou: sempre que retornava ao cirurgião que a operou, ele insistia sobre manter as dilatações sob o risco de fazer uma nova cirurgia. Então, todos eram apavorados com a ideia do fechamento do canal vaginal. Ficamos um pouco em silêncio, e depois a Taís comenta, espontaneamente: “Eu passava batom vermelho no absorvente para parecer que estava menstruada e me sentir como as minhas amigas”. Depois completava: “E ainda tomava remédios para as cólicas menstruais”. Ela não tinha útero. E sorriu, dizendo que foi uma adolescente que também mentia para os pais. Taís ouviu de uma equipe médica e de uma psicóloga do grupo que a acolhia, que todos nós, alguma vez, aprontamos na adolescência, que isso era natural. Mas logo ela tomou a palavra, e disse chorando: “Eu mentia para poder existir, era diferente”. Taís lembrou que sempre que chorava, ficava com dor de cabeça e por duas vezes teve pressão alta atribuída ao estresse, e desde os quinze anos vinha apresentando alteração na pressão. Passou a tomar espironolactona de 50 mg, com grande melhora nos sintomas de dores de cabeça pela pressão alta. Perguntamos então sobre os sonhos dela, e o que hoje a deixava mais feliz.

Ela responde que gostaria de voltar a fazer aula de canto e não mais precisar usar o dilatador vaginal, pois mesmo sendo mulher não tem prazer no sexo com penetração. Antes de encerrar essa conversa e planejar a data do retorno, a Taís retoma perguntado à equipe o que deve fazer, se deve fazer vários cariótipos e o que isso mudaria na vida dela se ela já sabe que é mulher. A equipe tenta responder, mas eu, Magnus, interrompi que precisaríamos todas, todos, todes estudarmos primeiro, e que começaríamos discutindo, no próximo encontro, sobre a

necessidade desse exame, descrevendo qual o impacto dele no estado intersexo da Taís. Inclusive, acrescentei, poderíamos entender a ocorrência da pressão arterial aumentada no caso precoce da Taís.

Taís interveio dizendo que já viu uma novela com um caso intersexo, e ela entendia que poderia ser uma pessoa assim, também intersexo. E ela completa: “Minha voz também é intermediária, ela está entre soprano e contralto”. Nós nos despedimos da Taís, nos comprometendo a ouvi-la e discutir suas questões específicas de saúde, desde que ela quisesse avançar na construção dessa linha de cuidados, que eu chamo de autocuidado, junto com a equipe. Ou seja, ela protagonizando esse percurso e não sendo imposta a um tratamento. Ela volta, já na recepção do ambulatório, e diz em voz baixa para mim: “Se eu for tomar remédios ou os hormônios, quero usar um que eu continue sendo mezzo-soprano”, comentou sorrindo e se despedindo de todos nós. Então, esse caso da Taís nos traz um ponto de partida para pensarmos numa linha de cuidado que seja singular, que seja própria daquele indivíduo, que combine estratégias de valorização desse estado intersexo, e não como anomalia, não como uma patologia, não como uma doença a ser tratada e corrigida como urgência médica, e que também dê conta de redução de danos. No caso da Taís, de ter feito intervenções cirúrgicas, e que ela precisa ser assistida nesse contexto.

Então, a minha proposta é trazer a vocês essa visão que hoje nós temos, e eu particularmente do Núcleo Trans da Unifesp e também trabalho com a comunidade intersexo. Tenho aprendido com toda essa população que chega com essas demandas, as mais diversas, com complexidades das mais diversas, mas que nenhuma dessas condições justificou a necessidade de uma intervenção cirúrgica precoce na infância.

Então eu me despeço de vocês, agradecendo pela oportunidade e encerro com a frase do sociólogo e cofundador da Abrai, Amiel Modesto, que nos alerta sempre: o corpo intersexo é parte da humanidade, ele é parte da nossa diversidade. É assim que a gente deveria se postar para atendê-los e para atendê-las nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Magnus Régis Silva por seu importante depoimento, inclusive a respeito dessa pessoa, Taís. Tudo isso é muito relevante.

Quero informar que já está participando a nossa Presidenta Erika Hilton, como também está aqui a Coveadora Carolina Iara, mulher intersexo, travesti negra e HIV positiva, da Bancada Feminista do PSOL, seja muito bem-vinda.

Passo a palavra a nossa Presidenta Vereadora Erika Hilton.

– Assume a Presidência a Sra. Erika Hilton.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Vereador Eduardo Suplicy, por me substituir nesses instantes em que eu não conseguia acessar o aplicativo, tivemos aqui uma instabilidade no nosso sistema, mas pelo visto já está tudo normalizado, todo mundo conseguiu entrar.

Eu vou dar continuidade aos trabalhos desta Audiência, agradecendo a presença de todos. Pude pegar o final da fala da Mônica e toda fala do Dr. Magnus. É uma alegria que esta Comissão de Defesa dos Direitos Humanos possa debater esse tema que é tão importante, tão caro para a sociedade, mas em especial para a comunidade LGBTQIA+, um tema que durante muito tempo, e ainda hoje, é jogado para debaixo do tapete, é escanteado, eufemizado e que traz consigo, como pudemos ver na fala do Dr. Magnus, muitas questões que precisam ser olhadas com cuidado, com atenção, com empatia, com respeito.

Eu acho que o que esta Comissão se propõe a fazer nesta Audiência é abrir os olhos e os ouvidos para ouvir essas vivências, para ouvir esses profissionais e, junto a eles, construir uma sociedade mais possível e acolhedora também para as pessoas intersexo.

Então, dando continuidade ao nosso trabalho, eu faço uma fala mais robusta ao final, junto com os outros vereadores, para não interromper a sequência dos nossos convidados.

Quero informar que nós temos uma lista extensa de convidados, então o tempo de fala que havia sido combinado era de cinco minutos para cada um, então peço gentilmente que se atentem a esse tempo. E solicito à secretaria desta Comissão que, quando faltar um minuto,

informe ao convidado a necessidade de conclusão.

Dando continuidade então, após o Dr. Magnus, convido Céu Ramos, pessoa intersexo, não-binária, fluida, engenheira e ativista vinculada à Abrai, para que faça uso da palavra. Seja muito bem-vinda.

A SRA. CÉU RAMOS DE ALBUQUERQUE – Muito obrigada, Erika, obrigada a todos. Hoje eu fico muito feliz por esse convite e venho trazer a fala de uma pessoa intersexo que tem hiperplasia adrenal congênita, que é uma das variações mais comuns que a gente pode ver; e falar um pouco sobre a minha vida.

Eu fui uma criança que fui diagnosticada assim que nasci, logo, com hiperplasia. Porém, antigamente, e até hoje em dia, para que os registros sejam feitos, para que a criança possa ter um pouco de dignidade, é necessário fazer o exame de cariótipo. E eu esperei seis meses até poder ser registrada. Eu nasci em abril e fui registrada em outubro. Então eu passei esse tempo sem poder ter uma assistência médica, sem poder realmente existir como ser humano.

Com um ano de idade, aqui no Hospital do Ermírio, que é um Hospital Materno-infantil de Pernambuco, eu fui acompanhada a vida toda. Com um ano de idade fui submetida a cirurgia de resignação sexual, já que eu nasci com os genitais ambíguos.

Desde então, depois dessas cirurgias eu passei a fazer um acompanhamento extremamente abusivo dentro desse hospital, no qual diversas vezes... acho que sempre, todas as minhas consultas eram acompanhadas não só pelo médico, mas pelos estudantes, já que o hospital sempre foi um hospital-escola também.

Então eu passei a minha vida toda sendo vista como realmente uma coisa curiosa pelos estudantes. E os médicos molestavam meu corpo sem pedir permissão, e os estudantes ficavam ali, eu ficava exposta naquela situação, era tocada nos genitais também sem pedir permissão.

Fora isso, teve muitos problemas psicológicos que eu passei, também agressivos, dentro do hospital, porque não existe realmente uma forma ética de muitos médicos tratarem

peessoas intersexo. Então eu passei a minha vida toda sendo tratada como uma anomalia, como algo anormal, como algo que foi corrigido realmente para ser algo bom na minha vida, então eu cresci com diversos problemas psicológicos por causa disso.

Quando eu tinha por volta de dez anos de idade, me foi contada de forma bem bruta o que tinha me acontecido, e aí me desencadeou desde essa época uma depressão e uma ansiedade. Mais tarde eu fui atrás de outra cirurgia porque eu queria. E aí sim, essa me foi consultada se eu queria fazer ou não. Mas no passado foi feito e sem pedir permissão nenhuma da pessoa que é intersexo. É preciso esperar crescer, pelo menos.

Depois eu me desencadeei em um ciclo de cirurgias, tentando reverter a mutilação, e todas acabaram dando errado também. Então hoje eu tenho trinta anos e eu me vejo como uma pessoa que teve a sua vida e a sua infância totalmente roubada. Eu não pude ter uma adolescência comum, como qualquer outra pessoa que descobre seu corpo, que descobre tudo sobre você. Eu tive essa imposição pelos médicos, pela minha família e pelo hospital, que me trouxe diversos problemas até hoje, inclusive físicos. Essas cirurgias realmente trouxeram danos irreversíveis para mim.

Hoje eu acho que a minha luta dentro do ativismo é para realmente trazer essa dignidade e essa forma ética dos pacientes, das pessoas que são intersexo serem tratadas com dignidade dentro dos ambulatórios. Que realmente os seus corpos possam ser respeitados, que mais nenhuma criança possa ser mutilada sem o seu próprio consentimento, se deseja ou não fazer essa cirurgia. Que exista também apoio tanto psicológico quanto social para as famílias das pessoas intersexo. Que essas famílias possam ter esse acolhimento correto de que existe a possibilidade de, realmente, não operar essas crianças e elas poderem ter uma vida feliz como qualquer outra.

Quero falar também que, em abril, deste ano, dei entrada...

(NÃO IDENTIFICADA) – Vou pedir para você resumir no último minuto, por favor.

A SRA. CÉU RAMOS DE ALBUQUERQUE – Está certo, vou finalizar. Em abril dei entrada junto com a Defensoria Pública para que façam a minha retificação de nome e também

para incluir a palavra intersexo. Ou seja, aonde está no meu registro “feminino”, queria mudar para intersexo.

Estou muito na esperança de que isso dê certo. Se eu conseguir isso serei a primeira pessoa do Brasil a obter, o que vai trazer muita representatividade e facilidade de nós podermos ter nossos direitos conquistados.

Muito obrigada, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos, Céu, o seu depoimento. Ficamos na torcida para que você consiga abrir esse precedente importantíssimo no nosso País, e que isso alcance outras pessoas intersexo.

Dando continuidade, gostaria de convidar agora o querido e amigo Paulo Iotti, homem cis, advogado, Doutor especialista em Direitos Humanos e diversidade, foi o advogado que defendeu a criminalização da LGBTfobia, junto ao Supremo Tribunal Federal.

Paulo Iotti, bom dia, seja muito bem-vindo. Você tem a palavra por cinco minutos.

O SR. PAULO IOTTI – Bom dia, amada Vereadora Erika Hilton, bom dia a todos, todos e todas, é um prazer e uma honra estar aqui com vocês, tentando contribuir um pouco, como aliado cis gay, na luta pela dignidade humana das pessoas intersexo.

Acredito que o depoimento da nossa querida Céu Ramos, que conheci agora, sintetiza com uma perfeição muito grande o drama das pessoas intersexo, na técnica do *storytelling*, quer dizer, a partir do relato de casos reais.

Para se ver, não é Vereadora Erika Hilton, quando fundamentalistas e reacionários morais, com o perdão do termo, não são todos os religiosos, todos os conservadores. Então quando fundamentalistas e reacionários falam em “ideologia de gênero”, fazem um espantalho moral, inventando algo que não existe.

O que existe é uma ideologia de gênero heteronormativa, cisnormativa, machista e dimórfica. Ou seja, impõe à heterossexualidade, à cisgeneridade, a supremacia do homem sobre a mulher e impõe a existência de apenas dois sexos biológicos quando a realidade, o mundo real da vida das pessoas intersexo prova que existe muito mais do que dois sexos biológicos.

Ainda não domino totalmente o termo e o número, me perdoem alguma incorreção, mas existem certamente mais de 40 tipos de intersexualidades e 47 – se a memória muito não me trai. É para se ver como o discurso de respeito à Biologia e nada mais com todo respeito, é de uma incoerência muito grande, porque, nesse caso, a Biologia está ao lado das pessoas intersexo.

E o que faz a ideologia de gênero que quer negar qualquer coisa que não seja a binariedade de sexo, de gêneros e a heterossexualidade chamam as pessoas de intersexo, de maneira muito ofensiva, muito pejorativa, de “anomalias”. É o que consta da Resolução 1664, de 2003, do Conselho Federal de Medicina.

Eu sempre digo, Vereadora Erika Hilton, demais convidados, aliados, me espanta o sincericídio do Conselho Federal de Medicina, na justificativa. A justificativa diz, sintetizando que, por mais rigorosamente científicos que sejam os critérios utilizados, não há como garantir que a pessoa intersexo se identifique com o sexo e o gênero que lhe foram impostos ao nascer, cirurgicamente, por escolha ideológica da equipe médica e, supostamente, da família.

Embora possa haver imposições arbitrárias da família, acho que as famílias de pessoas intersexo, muitas vezes, como a Céu mencionou, precisam de um acolhimento maior. O médico ou a médica impõe a sua opinião, como se fosse uma verdade universal, e a família aceita, porque, muitas vezes, a família não tem base e estudo para se contrapor.

Diz, ainda, o CFM que não há estudos para se dizer quais seriam as consequências de esperar a pessoa intersexo crescer para fazer ou não a cirurgia, quanto à sua vontade. Eu sempre digo que eu vou escolher uma maneira educada, um dia, de notificarmos o CFM – e isso está chegando – e dizermos: “É claro que não há estudos. Vocês mutilam todos os bebês intersexo que vocês podem, ao nascer. Como é que vamos saber o que acontece quando crescerem”?

Já há, felizmente, muitos ativistas intersexo adultos, no Brasil e no mundo, que, por sorte do destino ou por um maior conhecimento da família, não foram operados, operadas e operades quando bebês, porque não era necessário, e são pessoas tão dignas, normais e que

não têm nenhum prejuízo físico, biológico, por isso. Dos mais de 40 tipos de intersexualidade, só um ou outro exige alguma cirurgia para se preservar a saúde clínica do bebê. Então, em todos os outros casos, não deve ser feita a cirurgia até que o bebê cresça e possa decidir por conta própria.

A cirurgia é mutiladora no bebê intersexo e não é mutiladora na pessoa trans adulta, porque a pessoa trans adulta faz a cirurgia porque ela quer, por autonomia da vontade, que é um princípio jurídico tão caro, inclusive, ao liberalismo – e, principalmente, ao liberalismo.

Daí o principal fundamento jurídico é o direito humano ao livre desenvolvimento da personalidade, que é implícito ao princípio da dignidade da pessoa humana em países como o Brasil, que não o consagram expressamente. Isso é pacífico. O direito ao livre desenvolvimento da personalidade é autoexplicativo. Você pode viver a sua vida e desenvolvê-la como você bem quiser, desde que não prejudique terceiros. Não prejudicando terceiros, não cabe ao Estado me impor seja lá o que for, um corpo, um comportamento, uma orientação sexual, uma identidade de gênero – como se fosse algo possível de ser imposto. Não cabe ao Estado impor nada ao indivíduo quando ele não prejudica ninguém e a pessoa intersexo não prejudica ninguém não sendo operada e podendo crescer com o seu corpo sendo respeitado.

A nossa querida Céu citou como essa cirurgia mutiladora trouxe a ela prejuízos físicos, corporais. Isso foi relatado por ativistas intersexo em duas audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2013 e em 2017. Vou citar só a de 2013, por causa do tempo. O ativista intersexo Mauro Cabral, muito conhecido e respeitado, diz que pessoas intersexo são forçadas a procedimentos cirúrgicos para normalizar seus corpos a padrões sociais, e não por questões de saúde. Têm seus direitos sexuais e reprodutivos violados, porque essa cirurgia, normalmente, deixa a pessoa estéril. Então, é mais um motivo para depender de a pessoa crescer e de que lhe perguntem, quando tiver autonomia da vontade passível de ser considerada, segundo as leis do País. Qualifica-se como mutilação genital infantil e o Mauro Cabral destacou as consequências drásticas, como dores crônicas e esterilização – daí a analogia com o relato da nossa querida Céu.

O Tribunal Constitucional da Alemanha disse que não é para se registrar – registrar, vejam – o bebê intersexo com um sexo, quando bebê. É para se esperar que ele cresça. Aí, essa pessoa, com autonomia da vontade, escolherá com qual sexo quer ser identificada no registro civil, com base no direito humano e fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

Se isso é assim para o registro civil, que é um documento que se pode mudar a qualquer momento, tem de haver um justo motivo para mudar documento pela lei. Não é porque você mudou de ideia. É justo motivo no sentido jurídico, de que eu não vou poder falar e explicar, aqui, mas, com muito mais razão, você tem de aplicar esse entendimento em uma cirurgia que é irreversível. Esse é o ponto de número um.

Mesmo que fosse reversível, o livre desenvolvimento da personalidade se refere aos famosos direitos da personalidade, que estão nos artigos 11 a 20, ou 20 e tantos, do Código Civil.

(NÃO IDENTIFICADA) – Paulo, é preciso encerrar, para dar tempo de todo mundo falar, por favor.

O SR. PAULO IOTTI – Falta um minuto ou já tenho de encerrar?

(NÃO IDENTIFICADA) – Não, na verdade, já passou um minuto.

O SR. PAULO – Perdão. Encerrando. Os direitos de personalidade integridade física e corporal. E por fim, o dia de visibilidade é importante, justamente, como a Mônica Porto, disse. A invisibilidade impede a sociedade de conhecer essa situação, conhecer as opressões que a população intersexo sofre e aí dificulta a gente conseguir políticas públicas para algo que o Estado não reconhece. Então a importância da aprovação de uma Lei Municipal de o dia da visibilidade, e políticas públicas para você conhecer os problemas das pessoas intersexo. Obrigado. Desculpa o avanço do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Imagina Paulo, não há nada que desculpar. É uma pena que temos – digo isso em todas nossas reuniões – um tempo cronológico que não colabore com a gente. A gente precisa ficar interrompendo e acelerando falas que são profundamente necessárias e importantes, e que precisariam de muito mais do que mero cinco

minutos que são nada, para se fazer uma explanação, diante de um tema tão caro, tão profundo, diante de um tema tão cheio de nuances como esse e tantos outros temas que debatemos aqui na Comissão de Direitos Humanos, mas infelizmente temos agendas posteriores a essa. Todo mundo tem seus compromissos e precisamos delimitar esse espaço de tempo. Não há nada o que desculpar. É sempre muito grandioso, enriquecedor e um privilégio poder ouvi-lo em suas explanações.

Com a palavra o Sr. Joel Pinheiro Filho – homem intersexo, bioadvogado especialista em direito das pessoas intersexo, bioética e diretor da Abrai.

O SR. JOEL FILHO – Boa tarde! Muito obrigado a todos. É uma honra, só quero fazer uma correção, meu nome é Joel Filho.

Por muito tempo a pessoa acredita que o intersexo é apenas um mito. Imagina que a condição intersexo não passa de fantasia ou no máximo de uma situação rara. A família evita falar sobre a condição de intersexo. Condição, corporeidade, situação de sua criança. Permanece no círculo familiar a responsabilidade da proteção da criança em condição de intersexo, justamente para que se evite discriminação social. O segredo torna-se uma estratégia de cuidado familiar quando nasce um bebê com a condição, situação, corporeidade intersexo. No entanto, o segredo cria mitos. Cria invenções, *fake news*. Manter em segredo aquilo que pode ser explicado cientificamente dificulta a compreensão da realidade. É comum que a família em solo brasileiro sofra ao sentir-se como a única no mundo, com uma criança nascida na condição, na situação e na corporeidade intersexo. Algumas famílias também se sentem confusas e inseguras quanto ao futuro da sua criança. Por isso a verdade e a compreensão são fundamentais.

Eu fiz essa introdução, porque o Brasil não aderiu a Declaração da ONU de 1º de outubro de 2020 que pede a proteção urgente de bebês nascidos intersexo. No Brasil a Resolução nº 1664, de 2003, autoriza e manda que profissionais de saúde publiquem *fake news*, precisamente, o artigo 6 dessa Resolução diz o seguinte: O tema anomalia de diferenciação sexual deve ser abordado durante eventos médicos, congressos, simpósios e jornadas visando

sua ampla difusão e atualização dos conhecimentos na área.

Então você vê que o exemplo de fruto desses estudiosos ou dos futuros médicos que vão atender a nossa população já diz tudo: Hércules 2011 – Intersexualidade é um desvio sexual; Cros 1998 – Intersexualidade é um estado patológico, classificado como psicopatia; França 2008 – Intersexualidade é na verdade a homossexualidade endocrinológica. Justamente nesse período, quando eu tinha dezesseis anos, que eu fui procurar ajuda médica porque eu estava passando por processos que a gente não aprende na escola, a gente começa a sentir determinados processos de um corpo intersexo e, quando a gente chega no profissional da saúde, que é formado dessa forma, realmente ele vai nos discriminar. Quando eu descrevia sintomas que não existiam nomes o que acontecia lá na hora. Hoje em dia eu compreendo quando o médico chegava para mim e falava: “está aqui o pote de Viagra para a solução dos seus problemas”, porque o horror a ser associado a questão da intersexualidade, o horror médico que é trazido nesse pânico social.

Então, os lembretes importantes: temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que deve também proteger a criança intersexo, a criança, o seu bebê, ele não é anormal. Ele nasceu com algumas partes do corpo diferentes do que muitas pessoas estão acostumadas a ver. No entanto, em diversos outros aspectos ele, ou ela, ou elu, se assemelha a qualquer outro bebê endosexo, lembrando que endosexo é o típico masculino 46, XY e feminino 46, XX. Então, ele se assemelha a qualquer outro bebê ou criança.

Lembrem de que ser diferente não é ser anormal. Todos nós somos iguais e diferentes em algum aspecto. Sua criança não é a única no mundo nascida com essa especificidade, com essa corporeidade, com essa singularidade. Ela não é uma aberração, não há do que se envergonhar. Não tente escondê-la. Logicamente desnecessário é expor a criança aos olhos dos curiosos, mas também não deve impedi-la de brincar, de interagir com outras crianças. Sua criança precisa sentir-se amada da forma que ela veio ao mundo.

A criança intersexo deve ser acolhida, a relação de afeto e cuidado é extremamente importante para o desenvolvimento saudável da criança intersexo. A verdade sobre a criança

não deve ser escondida. Não esconder da pessoa intersexo, seja ela criança, adolescente ou adulta sobre a verdade do seu corpo, da sua natureza, do diagnóstico, é muito importante para que a criança possa se desenvolver no ambiente saudável e se sentir amada.

A Alemanha, em 2013, oficializou o terceiro gênero intersexo diverso e definido; Paquistão, em 2009; Bangladesh, em 2013; Índia, em 2014; Quênia, em 2014; Austrália; Nova Zelândia; Nepal; Malta; Canadá e nos Estados Unidos, que é o país mais evoluído no assunto, pois permite que a carteira de motorista tenha a categoria intersexo.

Muito obrigado e eu também quero agradecer a Comissão pensar na acessibilidade e incluir um intérprete. Parabéns, muito obrigado, de verdade, porque é importante quando pensamos na inclusão de todos de verdade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Joel, pela sua contribuição a essa Comissão. Dando continuidade eu gostaria de fazer agora um convite para que faça uso da palavra a Bruna Benevides, travesti, articuladora política da Antra, que é a Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Minha querida, seja muito bem-vinda, você tem a palavra pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. BRUNA BENEVIDES – Bom dia a todas as pessoas. Obrigada, Erika, em nome da Comissão de Direitos Humanos, eu saúdo a querida Carolina Lara e demais membros, pessoas que me antecederam, queridas amigas que estão aqui e em outros espaços na luta. É muito importante estar aqui enquanto Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que tem sido uma incessante instituição organizada, mobilizada politicamente na discussão da intersexualidade, sobretudo, para enfrentar mitos, estigmas e tabus e fortalecer essa luta que passa a se auto organizar com a instituição da Abrai, dos quais nós temos muito prazer de sermos parceiras.

Recentemente nós estivemos conjuntamente participando de uma ação junto à Receita Federal que vai envolver, entre outras questões, o reconhecimento da identidade, da resistência de pessoas intersexo nos campos de registro da Receita Federal, porque sabemos

da importância que é esse reconhecimento, mas não só identidade de gênero, nome social, pessoas não-binárias também estão contempladas e mais pessoas intersexo especificamente.

Além disso, nós também requerendo no Tribunal Superior Eleitoral a implementação – publicação, porque já houve inclusive uma Audiência Pública – de uma Resolução que vai tratar especificamente sobre a atualização do sistema do Tribunal tanto pensando em pessoas que vão se candidatar como em eleitores, incluindo-se campos específicos para a comunidade LGBTQIA+. Entre os campos estão: identidade de gênero, orientação sexual, questões sobre binaridade e não binaridade e questões de pessoas intersexo.

Esse é um exemplo de algumas das ações que temos feito, além da participação em fóruns e discussões para desnaturalizar a ideia de que só existe XX e XY. Quantas das pessoas aqui presentes – além das que se auto reconhecem, percebem-se como intersexo e têm isso muito nítido – podem dizer realmente qual é o seu cariótipo? Eu mesma não sei, nunca fiz esse exame. Isso demonstra o tipo de discussão em torno de algo que ainda é, no imaginário comum, conhecido como hermafroditismo. É importante falarmos sobre isso. Estamos falando “intersexo”, “intersexo”, “intersexo”, mas é um termo que ainda enfrenta muita resistência para podermos naturalizar seu uso, e é fundamental insistirmos para que abandonemos essas formas, olhares e práticas que também seguem, de alguma forma, patologizando a intersexualidade.

Tenho discutido em vários espaços, sobretudo de medicina, a corporalidade trans. E por que a Antra está envolvida com questões de pessoas intersexo? Porque exatamente muitas das pessoas intersexo que enfrentaram processos de interferências corporais compulsórias e cirurgias mutiladoras também se reconhecem ao longo da sua vida como pessoas trans, exatamente denunciando uma estrutura que tentou normatizar aquele corpo, mas que falhou miseravelmente ao tentar impor um gênero a partir de um genital, que é exatamente a discussão que estamos tentando propor, que é a separação desses dois marcadores. A formação médica precisa repensar a forma como ela está construindo e mantendo essa noção patologizante em torno das existências intersexo, que não podem mais ser vistas como anomalia genética ou genital.

As práticas médicas que muitas vezes incentivam e às vezes coagem os pais a terem que adequar compulsoriamente o genital do bebê, precisam ser enfrentadas e denunciadas. Cirurgias e hormonização forçadas, compulsórias ou escondidas, feitas em corpos de pessoas intersexo, em corpos de crianças intersexo, são autorizadas. Além disso, são incentivadas e feitas de forma compulsória. Mas quando pensamos em jovens e crianças trans que demandam esses cuidados, sendo respeitada sua autonomia, e por uma necessidade específica de suas existências, elas têm esse direito negado, pois já sabemos que existe um levante para impedir o acesso aos cuidados de saúde de pessoas trans. E qual é a diferença? Pessoas intersexo estão sendo mutiladas e hormonizadas compulsoriamente enquanto pessoas trans estão sendo proibidas de terem acesso a esses medicamentos.

Então, acho que o sentido amplo desta Audiência é não apenas falar sobre visibilidade e invisibilidade, como bem foi pontuado, mas humanizar e propor, obviamente, ações que enfrentem esse processo de uma medicina que segue violando os Direitos Humanos das pessoas intersexo. Há necessidade de reformulação dos próprios currículos e a revisão dessa portaria absurda do Conselho Federal de Medicina. Estamos aqui para apoiar, fortalecer e nos colocar na linha de frente junto das pessoas trans, que também podem ser intersexo, e das pessoas intersexo como um todo. Contem conosco. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Excelente fala. Importante lembrar que a pauta do movimento transvestigênera não é uma pauta isolada, à parte da pauta das pessoas intersexo, mas as pessoas intersexo também fazem parte da comunidade transvestigênera. Essa é uma ressalva que precisa ser colocada, porque, às vezes, aos olhos da *sui generalidade*, as coisas estão sempre segmentadas. Elas estão sempre separadas, quando, na verdade, nós estamos todos dentro desse espectro de luta por reconhecimento, por direito, por autonomia e por pertencimento, que é o que nós temos visto e isso tem ficado cravado aqui na fala dos nossos convidados; e também foi reforçado agora pela Sra. Bruna Benevides.

Registro que marcou sua presença o Vereador Paulo Frange aqui, pelo nosso *chat*.

Dando continuidade, tem a palavra a Sra. Dionne Araújo, mulher intersexo e trans,

terapeuta ocupacional, mestra, pesquisadora sobre intersexualidade e integrante da Abrai. Seja muito bem-vinda.

A SRA. DIONNE ARAÚJO – Gostaria de agradecer a presença e o convite para estar aqui neste momento, discutindo as questões de intersexualidade.

Gostaria de pontuar a minha fala a partir da fala da Sra. Bruna, da Sra. Céu, do Sr. Joel e da Sra. Mônica, em relação às questões da dignidade da pessoa humana. Enquanto uma pessoa é intersexo e pessoa trans, ao mesmo tempo, por ter passado por ações que não respeitaram a minha integridade física e o meu corpo, enquanto pessoa de decisão, eu poderia ter decidido pela personalidade. É muito importante essa ação, a visibilidade da população intersexo, justamente para possibilitar que nós não passemos mais por ações que violem os nossos corpos.

É muito triste esse movimento que a própria Bruna trouxe, ao mesmo tempo, de pensar na visibilidade e na dignidade. No respeito, a identidade de gênero de pessoas trans, crianças e adolescentes, há todo um movimento social conservador, principalmente reacionário, que tenta, de toda maneira, impedir que esses corpos, que essas pessoas tenham acesso ao mínimo de dignidade, empurrando para a marginalidade e para a automedicação.

Enquanto nós, pessoas intersexo, que temos também vivências trans, dependendo da maneira que somos direcionadas no nosso cuidado, como no meu caso, que eu acabei indo para um gênero feminino. Depois eu transicionei, justamente por não ter tido acesso a um tratamento adequado, inclusive imposto, porque a única possibilidade de acompanhamento médico que me era oferecida era se eu quisesse ser do gênero masculino. Senão, não haveria espaço ali, por causa de protocolos. Esses protocolos médicos que apologizam e colocam várias condições intersexo e pontos DBS, enquanto diagnósticos médicos voltados a um distúrbio de diferenciação do sexo, e cada diferenciação do sexo tem um protocolo específico, de acordo com padrões sociais. Dizem: “Ah, esse aqui vai ser mais fácil, se for do gênero feminino; e esse aqui é melhor ser do gênero masculino”, mas, em nenhum momento, pensa-se na autonomia dessa pessoa, e na identidade de gênero, gerando várias questões, como aconteceu comigo e como

aconteceu com a Céu aqui, com o Joel, apesar de ser uma pessoa que se identifica com o gênero dele.

Isso não tirou todo o sofrimento dele em relação aos padrões de gênero, porque um corpo, em certo tempo, que não atendia àquela norma de gênero. Então, o importante aqui, em falar da visibilidade, é justamente acabar com esse discurso binário, que só existe XX, XY.

Eu e o Sr. Joel estamos aqui, e somos XXY. Então, a nossa existência já mostra que nós não somos essa binariedade. E esse discurso de binário visibiliza a nossa existência e impossibilita inclusive o tratamento médico adequado, por não nos pensar em institutos, em hospitais, em ambulatórios específicos para a nossa condição.

Como foi mencionado, como o Dr. Magnus nos trouxe, por exemplo, e a própria Mônica também, nós somos atendidas em hospitais universitários.

Entendo a complexidade do Hospital Universitário, entendo a necessidade da equipe médica e os profissionais de Saúde, de forma geral. Há lugar de acompanhamento e de situações para aprendizagem, porém essa aprendizagem não pode ser desumanizada. Ela não pode olhar nossos corpos como anomalia. Nós somos corpos diferentes, apenas isso.

E eu acredito que centros específicos de atenção à saúde da pessoa intersexo seria uma forma muito humanizada de tratar as pessoas intersexo; enquanto indivíduos e direitos, indivíduos que podem optar por seu tratamento, deixar a sua identidade de gênero aparente.

Centralizar o atendimento de pessoas intersexo apenas para as escolas favorece esse tipo de atendimento. Quantas e quantas vezes eu fui ao médico, quando era adolescente, pré-adolescente. E, além dos médicos que iam cuidar do meu caso, geralmente médico endocrinologista, urologistas, ginecologistas e geneticistas, entraram vinte pessoas dentro da sala. Qual a necessidade disso? Sabe, uma pessoa que já está fragilizada por não entender porque tem um genital diferente, ou um microgenital ou uma genitália ambígua, já não entender aquele contexto e ainda ser tratada como uma anomalia socialmente, por quê? Porque não tem uma visibilidade, porque as pessoas só enxergam ou só entendem por questões muitas vezes religiosas ou para o fortalecimento do discurso político que só existem macho e fêmea, só homem

e mulher, só corpos binários. Então já temos esse sofrimento nessa percepção.

Sofremos intersexofobia, transfobia, por termos corpos diferentes, muitas vezes somos criadas com um gênero que nós não nos identificamos.

(NÃO IDENTIFICADA) – Dionne, um minuto por favor.

A SRA. DIONNE ARAÚJO – Ah, sim. Aqui na minha fala eu gostaria de pontuar, eu quis falar um pouco da minha experiência e, ao mesmo tempo, da importância da visibilidade.

Então, destaco a importância de centros de saúde adequados à nossa população. Nós somos muitos, muitas e muitas e precisamos de atendimento adequado. Nós precisamos de representatividade, nós precisamos que isso seja discutido em todos os lugares, que currículos médicos sejam revistos, porque, senão, o imaginário, o senso comum nunca vai sair dessa binariedade, de atacar os nossos corpos.

Então quero deixar aqui, na minha fala, enquanto pessoa intersexo, enquanto Diretoria Executiva da Abrai, enquanto pessoa trans, para que tenhamos mais visibilidade, que tenhamos acompanhamentos mais humanizados. E de forma rápida.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos, Dionne o seu franco depoimento a esta Comissão que traz através da sua vivência um olhar que é preciso ter por parte de toda a sociedade, em especial, da sociedade médica como você muito bem coloca, para que se humanize, se respeite e se compreenda a vivência desses corpos para além desses tabus que foram cristalizados dentro da sociedade, mas que também são muito legitimados através da ciência médica e através desse olhar patologizante sobre esses corpos, sobre essas identidades.

Muito emocionante, Dionne, o seu depoimento, a colocação da sua vivência para nós, aqui, nessa Comissão. Quero colocar essa Comissão ao lado da Abrai para que possamos, de forma conjunta, cavar esses espaços, construir esses caminhos junto à sociedade, para que todas as humanidades, toda a diversidade e toda a pluralidade sexual, de gênero etc. possa ser compreendida e respeitada em nossa sociedade.

Muitíssimo obrigada, Dionne, e conte conosco, todos os que falaram e você também,

nessa luta por visibilidade, por espaço, por respeito e por autonomia ao corpo, à vivência, à vida e à luta das pessoas intersexo.

Dando continuidade a essa rica e importante Audiência gostaria de convidar para fazer uso da palavra Sara Wagner, travesti, mestra e doutoranda em Educação, Âncora da TV 247, educadora bilíngue e articuladora do Movimento Trans e Intersexo. Querida, seja muito bem-vinda e você tem a palavra.

A SRA. SARA WAGNER YORK – Obrigada, Vereadora, uma honra imensa estar aqui com tanta gente que eu admiro, gosto, sigo nas redes e fazem tanto sentido na minha caminhada de travesti que sou desde que me compreendo como pessoa. Gratidão ao convite feito pela Vereadora Erika Hilton e pelo Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Enquanto educadora, eu acho que convém pensar algumas coisas, porque a Educação foi citada aqui algumas vezes. Nós pensamos escola como esse aparato, esse lugar que recebe as pessoas quando há ausência, ou não presença muitas vezes, de suas próprias famílias. E os quatro pilares da Educação são: aprender a fazer; aprender a conhecer; aprender a ser e aprender a conviver.

Nesses quatro pilares, para que eu possa aprender a fazer, pressupõe que eu dialogue com a diferença. Para que eu possa aprender a conhecer, pressupõe que o outro esteja em pé de igualdade ou horizontalidade para que possa acessá-lo. Aprender a ser significa se corporificar das ações que são postas para a cidadanização ou a “cidadanidade” de todos os sujeitos. E, por fim, aprender a conviver, que seria colocar todos, todas e todes nesse campo onde a diferença do outro passa a ser reconhecida porque eu também sou sujeito de diferença.

Eu começo dizendo isso e falando dessa forma me sentindo muito contemplada pela fala de todas as outras pessoas que passaram por aqui, grandes nomes da luta intersexo. Dizendo da minha experiência enquanto professora com os meus alunos desde 2012, atendendo a alunos intersexo na minha sala de aula e conseguindo compreender a função discursiva dentro da sala de aula exatamente porque eu era travesti. Sem ser travesti, talvez eu não tivesse me atentado à diferença e à diferenciação, que é constantemente inviabilizada pelo Estado.

Palavras que foram trazidas aqui por todas, eu acredito, como transgenitalização de conveniência, se é que eu posso dizer dessa forma. Quer dizer, quando é útil, a gente utiliza a palavra transgenitalização, a transgeneridade, a trans seja lá o que for para falarmos de determinados sujeitos. Quando não é útil, essa palavra ganha outro *locus*. O que eu estou tentando dizer é que existe um modo de perceber a discussão dos corpos intersexo tanto dentro dessa transgenitalização compulsória como dentro do aparato da invisibilização, e um corpo como o nosso, de adultos, de pessoas trans adultas ou tranvestigêneres, como a Vereadora mencionou, como se fosse outra categoria.

É importante dizer que existe um levante conservador que ignora a multiplicidade desses corpos no contexto escolar. E o currículo, como foi mencionado aqui, é um sapatinho de cristal da princesa que está correndo à meia-noite. Sabe aquele sapatinho de cristal no qual todo mundo tenta meter o pé? Aquilo é o currículo escolar. Existe uma estrutura que nunca atende a todos, e é a partir disso que talvez essa escola precise ser repensada e todos esses atributos precisem ser refeitos para atender aos corpos que são compulsoriamente arremessados para fora de si. Eu estou falando de um contexto pandêmico em que o factóide ideologia de gênero, a perseguição deliberada, proporcionada por instâncias como o Escola Sem Partido, em que escolas militarizadas têm sido levantadas sem que a gente tenha ao menos conseguido discutir minimamente a instância da presença desses corpos no interior das salas de aula.

A primeira cartilha que nós temos, em nível oficializado, vai aparecer na rede são as cartilhas pela campanha do direito à Educação. Isso em 2019, quando eu fiz esse registro na cartilha proponente de Educação para todos, todas e todes. É impossível que hoje um professor, um gestor escolar, ao receber um aluno intersexo, não saiba, não tenha esses atributos colocados, trazidos pelo Estado, como é trazido por todos os outros agentes que ocupam o espaço escolar.

A gente vai precisar falar disso muitas vezes e de muitos modos, porque, já finalizando, eu repito os quatro pilares da educação. Aprender a fazer. Aprender a fazer o quê? Estar nesse espaço, aprender a aprender, aprender a ensinar. Todo professor é um aprendiz,

todo professor é alguém que se pressupõe estar aprendendo. Aprender a conhecer. Como que eu posso me colocar dentro de um espaço nas ações basilares da Educação se eu não tenho ideia de quem é Céu, de quem é Carolina lara, de quem é Dionne Araújo, de quem é Joel Filho, essas pessoas que estão trazendo tantas histórias e tantos números? Pressupõem-se que eu entendo o que é essa diversidade.

Estou utilizando esse termo para que compreendamos essa escola na sua grande dimensão. Aprender a ser. Como que o meu aluno intersexo vai aprender a ser se existe uma naturalização de um binarismo XX, XY que ignora toda a sua existência e complexidade do seu corpo naquele mesmo contexto na sala de aula?

Por fim, como disse no início, aprender a conviver. Como conviver com uma aluna que traz tantas histórias recortadas do seu corpo quando discutimos a pobreza menstrual e, ao mesmo tempo, continuamos ignorando a própria existência de nome, condição de vida e perpetuação de sua existência nos históricos e nos anais do nosso sistema?

É isso que acredito que eu tenha vindo de algum modo tentar dizer. Agradeço muito o convite da Coveadora Carolina lara e lembrando que a gente está aqui exatamente para discutir a ausência do Estado nas discussões em relação à Educação. Então, é um movimento ímpar e de grande importância para todos, todas e todes, sobretudo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – MUITÍSSIMO obrigada, Sara, por suas colocações.

Na semana passada, foi importante ouvir e falar da Educação como esse pilar transformador e esse local onde se discute a nossa excludência sem que nem tenhamos conseguido passar e permanecer neste espaço. Na semana passada, esta Comissão teve a honra de também receber educadores, profissionais da área de Educação para discutir o tema da Educação e o quanto a Educação traz de retorno para a sociedade um impacto transformador.

Sem sombra de dúvida, discutir a Educação dentro dos temas desta Audiência Pública é também constituir, abrir caminhos e consolidar uma melhor sociedade e uma sociedade

que se eduque e se prepare para lidar com a diversidade como algo natural, normal e inerente à humanidade e não mais com essa visão excludente e preconceituosa que tanto nós temos de conviver, inclusive dentro desta Câmara Municipal.

Queria fazer uma ressalva dessa questão da pobreza menstrual que você coloca na sua fala, Sara. Eu e o Vereador Thammy Miranda tivemos um forte embate aqui nesta Casa Legislativa quando fomos discutir a distribuição de absorventes no ambiente escolar. Então, tem tudo a ver com a fala que você traz e encontramos uma resistência assustadora, predatória do conservadorismo cis heteronormativo que ainda insiste em se colocar na contramão da existência e da necessidade de corpos transvestigêneres como a necessidade da distribuição de absorventes para homens trans e transmasculinidades na cidade de São Paulo.

Então, temos uma ausência do Estado e um Estado que se nega a olhar e a tratar com responsabilidade social as faltas que envolvem a cidadania, os direitos e a dignidade da população LGBTQIA+ na Cidade e em nosso País e que se aprofundou, sem sombra de dúvida, com a presença de Jair Bolsonaro e suas ramificações nas Casas Legislativas do Brasil.

Muitíssimo obrigada por sua presença e por sua contribuição, Sara Wagner.

Dando continuidade à nossa Audiência, gostaria de passar a palavra a Carolina Iara, mulher intersexo, travesti, negra e HIV positiva, Coveadora de São Paulo pela Bancada Feminista do PSOL.

Querida, seja muito bem-vinda. Você tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. CAROLINA IARA – Obrigada, Presidenta Erika Hilton. Obrigada ao Vereador Eduardo Suplicy, sempre Senador, e obrigado a todas, todos e todes aqui presentes.

Vou deixar para fazer os meus apontamentos relacionados ao que a Casa precisa fazer na saudação lá dos três minutos dos Parlamentares, está bom? Peço autorização da Presidenta para fazer isso e para usar essa minha fala, como convidada, somente para a explanação do meu caso e da minha história.

Primeiro, que quero agradecer a esta Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, tanto à Presidenta, como ao Vice-Presidente – Erika e Eduardo Suplicy – pela pronta disposição

de tratar do assunto da visibilidade intersexo. Isso é fundamental dentro desta Casa que é uma Casa conservadora, como já bem disse a Vereadora e como nós vimos nessa semana, com o Vereador Holiday, fazendo um compartilhamento de um vídeo transfóbico e intersexofóbico.

Bem, o meu caso é de uma violação de Direitos Humanos durante doze anos da minha vida. Então, eu fui mutilada genitalmente três vezes, no período de zero a doze anos: quando nasci, aos seis anos e aos doze anos em um processo de cirurgias genitais para esconder a ambiguidade genital do meu corpo. Então, a intersexualidade veio do meu corpo, de uma forma bastante explícita, no aparelho genital. E essa forma de mutilação genital é como se fosse clandestina dentro dos hospitais, ou seja, não há registro, embora haja os protocolos. Os protocolos existem. Então, percebam que eu passei por essas cirurgias. Alguns procedimentos, consequentes dessas cirurgias, não foram consubstanciados por anestesia. Ou seja, teve retirada de pontos, passagens de sonda para a construção de uretra, coisas desse tipo que não eram as cirurgias e que foram feitas sem anestesia, mostrando também uma questão de tortura com as pessoas negras. Porque, talvez, se eu fosse uma pessoa branca eu tivesse passado por outros processos. É importante também nós intersexualizarmos todas as questões dentro da pauta intersexo, embora todas nós tenhamos passado por processos de mutilações genitais – é importante eu dizer isso aqui.

E aqui este livro, por exemplo, chamado *Menino ou Menina*, de Gil Guerra e Andrea Guerra. Ele é um horror, porque ele coloca aqui como anomalia e descreve exatamente o que foi feito comigo como se fosse o correto. Então, você faz cirurgia nas crianças intersexo; esconde delas a vida toda que elas nasceram com essa condição pressupondo que a socialização em um sexo determinado pela junta médica – e não é pela família... A junta médica chega na família, no caso da minha mãe, ameaçando inclusive, dizendo que se ela não fizesse a cirurgia genital para esconder aquela anomalia, aquele distúrbio, ela seria responsabilizada, podendo até perder a minha guarda. Então, isso acontece ainda hoje. Ainda temos institutos, como o da USP, que defendem a mutilação genital, assim como alas do Conselho Federal de Medicina, mesmas alas que defenderam ou se omitiram em relação à cloroquina de Bolsonaro. Então, nós estamos

falando do mesmo assunto: de um conservadorismo que existe dentro das ciências médicas e que já fez eugenia, já fez uma série de coisas ao longo da história, e que continua mutilando pessoas intersexo.

A grande questão é a seguinte: o Estado, além de ser omissivo no sentido de ter permitido que eu fosse mutilada três vezes durante a minha vida, até os doze anos, e ter permitido também que aos quinze eu me descobrisse enquanto uma travesti, porque somente as travestis me entendiam; somente as travestis me acolheram para falar que eu era uma trava amapô – quem entende o pajubá sabe do que eu estou falando –, que o meu corpo tinha uma diferença biológica e somente elas me entenderam. Só que o Estado se omitiu de novo ao não me garantir acesso à empregabilidade; ao permitir que eu fosse explorada sexualmente dos quinze aos dezoito anos na prostituição, e aos dezoito anos, após uma série de violências, de estupro e de uma série de coisas, eu destransiciono. Ou seja, voltar para dentro do armário numa identidade que haviam me imposto por bisturi, e que fui obrigada a voltar para conseguir emprego, para conseguir passar em concurso, conseguir fazer todo esse jogo da branquitude, da cisgeneridade, do capitalismo e estar aqui hoje, inclusive, senão talvez eu não estaria, como algumas amigas minhas travestis que tombaram no meio do caminho, morreram.

E só descobri a intersexualidade aos vinte e quatro anos, há quatro anos. Então isso mostra o tamanho do fosso e de violações de Direitos Humanos que acontecem com as pessoas intersexo. E aqui em São Paulo venho recebendo informações de bastidores, porque como disse, não há registros, mas informações de bastidores que um hospital da zona Sul faz três cirurgias por semana, outro que faz quatro. Onde estão essas pessoas? Onde elas são enfiadas? Essa que é a minha pergunta, que vida elas vão ter.

São 2%, em média, a estimativa de população intersexo no Brasil e no mundo, são milhões de pessoas que estão sendo escondidas, escamoteadas. É um absurdo que eu seja a primeira pessoa a conseguir chegar num espaço de poder nesse País. Não me dá felicidade ser a primeira Coparlamentar intersexo do País. Não me dá felicidade nenhuma, porque sei a dor que sinto até hoje, a depressão, os traumas que sinto até hoje, os remédios que tenho de tomar

por conta de uma violação de Direitos Humanos feita pelo Estado. O Estado brasileiro mutila pessoas intersexo, me mutilou, e não há nada, nada, nada que vá me recompensar por tudo o que passei.

Agora, minha luta, a nossa luta é que outras pessoas intersexo não passem por aquilo que eu passei. E que também haja o mínimo de reparação e o mínimo de acesso a direitos das pessoas que já foram mutiladas. Acho que essas são as duas grandes pautas, agendas. E acredito que a Câmara Municipal ao invés de ficar discutindo sobre ideologia de gênero, sobre muro de escola, uns assuntos ridículos que aparecem aqui, ou ficar fazendo pouco caso da Vereadora Erika Hilton, quando ela fala sobre a questão da pobreza menstrual, em vez dos Vereadores se debruçarem nas violações de Direitos Humanos, que estão acontecendo nas barbas das pessoas aqui dentro. E que muitas vezes tem gente da própria família e a pessoa sequer sabe, ou se sabe finge que não sabe.

É bom começarmos a acordar para a realidade dentro desta Casa e acho que temos essa responsabilidade histórica, porque mulheres negras e ancestrais nossas morreram para que hoje essa Casa tivesse o número de Parlamentares e Coparlamentares negras e também LGBTQIA+, sendo trans eu, Samara e Erika. Então nós temos essa oportunidade histórica de estarmos discutindo aqui hoje sobre isso. Falar dessas mutilações genitais em primeira pessoa, que é o mais importante.

Muito obrigada a todas, todos e todes. E faço as minhas considerações de projeto de lei nos dois minutos para os Vereadores.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Carolina Iara, por sua importante contribuição. É sempre chocante quando escutamos os relatos de pessoas transvestigêneres que precisaram destransicionar por conta da violência, do preconceito, da falta de empregabilidade, da expulsão dos seus lares.

E isso nos chama para um alerta de qual é o lugar em que essas pessoas estão e qual é a sociedade que nós, Vereadores, queremos deixar. Qual é a Cidade que precisamos consolidar e construir para que essas pessoas possam viver com tranquilidade, para que tenham

paz no direito à cidadania na cidade de São Paulo, que é essa megalópole, onde a maioria destas mulheres, destes homens, destas meninas, correm dos interiores para cá vislumbrando a possibilidade de terem uma oportunidade de vida e acabam sofrendo as piores mazelas sociais em uma Cidade tão grande e tão rica, mas que não distribui, de forma equânime, essas riquezas e essas oportunidades.

Eu gostaria de convidar a Prof. Dra. Paula Sandrine Machado, mulher cis, antropóloga e pesquisadora, docente da UFRGS, pesquisadora sobre intersexualidade e defensora dos direitos da luta, para fazer o uso da palavra.

A SRA. PAULA SANDRINE MACHADO – Boa tarde, querida Vereadora Erika Hilton, Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, demais convidados e convidadas e todas as pessoas que estão nos assistindo.

É importante iniciar a minha fala indicando, então, o lugar de onde eu falo, embora a Vereadora já tenha falado e me apresentado, mas reforçar que não falo enquanto uma pessoa intersexo, mas como alguém que vem trabalhando academicamente, desde 2004, no Brasil, com a temática da intersexualidade, desde o campo das ciências humanas e sociais.

O trabalho que eu tenho integrado com profundo compromisso e envolvimento ético e político, com o tema; a partir de uma perspectiva crítica em relação às intervenções biomédicas precoces, cosméticas não consentidas e mutiladoras, a que são submetidas as pessoas que nasceram com corpos que esses padrões de normalidade biomédicos vão classificar, então, como “incompletos”, ou como um “corpo com distúrbios” ou um corpo “anômalo”.

Eu iniciei a minha trajetória focando na gestão sociomédica da intersexualidade; mas, atualmente, nos últimos anos, eu tenho integrado uma pesquisa que chama: Intersexualidades e Reconhecimento de Sujeitos de Direitos, que tem a coordenação geral do pesquisador e Procurador Regional da República, Sr. Paulo Leivas.

E levaria muito tempo para apontar especificidades regionais em relação à situação das crianças intersexo que nascem nos hospitais brasileiros. Mas eu destaco, contudo, que os protocolos e tratamentos vigentes, com poucas exceções, estão ainda fortemente pautados com

uma perspectiva patologizante e são integrados por práticas de intervenção, ditas corretoras ou normalizantes, que são, contudo, necessárias, não consentidas e com efeitos mutiladores, que produzem uma série de efeitos na vida das pessoas a elas submetidas.

Como as pesquisas têm demonstrado, e eu acho que nós tivemos aqui uma série de falas, relatos, perspectivas; que isso pode significar o ingresso das pessoas em trajetórias de múltiplas intervenções, como: novas cirurgias para corrigir problemas deixados pelas primeiras, pelas últimas internações, o uso repetido de velas de dilatação vaginal e/ou a administração contínua de hormônios também, causando uma série de efeitos na saúde, na vida das pessoas.

Pode significar também trajetórias de vida marcadas por silêncios e segredos relacionados ao próprio corpo, assim como silenciamentos e desumanização em função do estigma, assim como os sentimentos de vergonha e de violação.

O que ainda é mais grave no contexto brasileiro é que as internações seguem sendo legitimadas pela Resolução 1664, de 2003, do Conselho Federal de Medicina. Uma Resolução do ano de 2003, portanto, já obsoleta por uma série de razões.

A partir das reivindicações do ativismo intersexo organizadas ao redor do mundo desde os anos 90, organizações dos sistemas internacionais de Direitos Humanos têm conclamado os Estados para o fim de procedimentos medicamente desnecessários em crianças intersexo, com base no reconhecimento de que essas internações violam Direitos Humanos, tais como: direitos à saúde, a integridade mental e física; direitos sexuais reprodutivos; direito de estar livre de tortura e de maus tratos, além do direito à autonomia.

E tais orientações já podem ser encontradas, hoje, num sem-número de documentos de organizações de Direitos Humanos ao redor do mundo. Ou seja, não é falta de discussão, não é falta de amparo, nesse ponto de vista de debates que vem sendo feitos ao redor do mundo.

No que se refere às produções científicas no campo biomédico, nós nos deparamos com uma série de limites, e mesmo a carência de estudos clínicos que se propõem a avaliar, em longo e médio prazo, essas práticas destinadas a normatizar os corpos intersexo.

Em resposta ao que o CFM aponta, como mencionou o Paulo lotti, as evidências em

prol das intervenções, essas, sim, não são consolidadas. Há uma gama de metodologias e critérios muito diversificados para avaliar o resultado e a satisfação com as intervenções.

E para encerrar a minha contribuição para a esse debate, gostaria de dizer que se observa nitidamente uma disputa naquilo que vai contar como evidência.

Num artigo que finalizamos nesse grupo de pesquisa que eu mencionei, ancorados na noção de justiça epistêmica, nós temos perguntado: Quem produz as evidências que vão ser reconhecidas como científicas e legítimas no contexto das intersexualidades? Ou: As vozes das pessoas intersexo são ouvidas na tomada de decisão sobre os seus direitos, incluindo o direito sobre o próprio corpo? E o histórico de produção no campo das ciências humanas e sociais, que tem produzido dados importantes, e que questionam as intervenções desnecessárias, mutiladoras e não consentidas é considerado? Ou, ainda, como questionamos em outra produção: Qual é a engrenagem de poder que faz com que as evidências de violências e mutilações narradas pelas pessoas intersexo não funcionem como evidências para a medicina de que é preciso urgentemente modificar os protocolos de atenção centrados em práticas de intervenções, assim como assegurar processo de autonomia “decisional”, com o acesso das pessoas envolvidas à ampla informação, aconselhamento e acolhimento?

Desse modo, um debate fundamental no campo da bioética é restabelecer a justiça epistêmica, o que significaria reconhecer a credibilidade das pessoas intersexo na produção de evidências sobre os seus próprios corpos e sobre as práticas em saúde que são aplicadas sobre elas.

Encerro com uma frase de um texto do Mauro Cabral, publicado num suplemento de diversidade sexual, o Soy, na página 12, em 14 de novembro de 2008, com o título *Nenhuma Vítima*, porque me parece bastante atual.

Ele diz o seguinte: “Os assim chamados intersexuais não somos outra espécie humana, senão que a encarnação da diferença sexual como pesadelo humano. Imaginemos que vivemos em um mundo onde se presume que todos somos homens ou mulheres com corpos sexuados padrão. Agora, imaginemos que vivemos em um onde todos o devemos ser.”

Vamos imaginar. Então é isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Paula, por sua contribuição nesta Comissão, mas também nos estudos, na abertura de produção acadêmica científica que humanize essa população e os profissionais que a atendem.

Dando continuidade, gostaria de chamar a Thaís Emília, mulher cis e mãe de intersexo, presidente da Associação Brasileira Intersexo – Abrai – e doutora em Educação e embaixadora do Instituto Avon, para que possa fazer uso da palavra pelo tempo de cinco minutos.

Seja muito bem-vinda, Thaís.

A SRA. THAÍS EMÍLIA – Olá. Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Audiência, e por trazerem esse tema, que é tão complexo, é tão singular. Então eu agradeço às pessoas do Suplicy, Erika, Carol, e, especialmente, à Sara York, que foi uma pessoa que me acolheu quando eu tive o meu filho intersexo. E eu acho importante falar dessa questão da Sara, uma mulher travesti.

A mulher travesti é tão malvista na sociedade, sabemos disso. E eu sempre trago essa fala porque eu acho importante mostrar algo que eu tenho visto. Por exemplo, quando eu tive o meu filho, eu procurei a Defensoria Pública, promotores, juízes, advogados, e ninguém sabia me explicar o que fazer, porque eu estava com um bebê intersexo no colo que não tinha direito a certidão de nascimento porque não tinha genital nem masculino nem feminino. A gente teve todos os direitos violados, ele ficou sem o cartão do SUS sendo cardiopata, sem convênio médico, eu fiquei sem Auxílio Maternidade. Com quinze dias eu trabalhando com meu bebê no colo e amamentando, uma criança cardíaca, porque ele não tinha direito a existir perante a lei. Fui ao INSS, com os laudos que eu levava no médico não tinha direito a Auxílio Maternidade, com uma criança que demandava gastos médicos, não tinha direito a serviços do SUS, porque ele não existia perante a lei; e a própria funcionária do INSS me falou “se ele tivesse falecido, você teria direito, porque teria a certidão de óbito”. Olha que absurdo! Um bebê intersexo tem menos direitos que um bebê que faleceu, uma mãe intersexo tem menos direitos do que uma

mãe que perde um bebê. São muitas violações: violência obstétrica, quando a gente fala da pauta intersexo, a gente está falando de violências absurdas em relação a bebês, violência de violação a essas mães que sofrem pressão médica, violência obstétrica, indicação de aborto, interrupção da gestação por ser intersexo, por questões estéticas e não de saúde, então, são muitas violações, uma pauta absurda.

Quem me acolheu e conseguiu me explicar sobre todo esse contexto social e político tendo o meu filho intersexo foi Sara York. Eu sempre falo que o movimento trans é quem acolhe, neste País, a pauta intersexo. Você pode ir aonde for, eu vejo as outras mães intersexo que não concordam com cirurgia; elas estão recebendo atendimento em núcleos trans.

Como Sara falou da questão do aprender a conviver, quando a gente fala pauta intersexo é um estado biológico. Então, vai ter pessoas intersexo LGBTQIA+, pessoas héteros, cis. Assim como a Abrai atende o Brasil, a gente demanda como todo tipo de singularidades e contexto econômico, social, religioso. Então, é um trabalho em que a gente tem que aprender a conviver.

Também quero falar a questão – eu vou reduzir a minha fala – mas o grande problema são as tecnologias do poder que utilizam uma normatização de corpos, fazem essa pressão com as mães, falando que a única forma, mesmo tendo provimentos desde 2012, podem registrar, na prática, não ocorre. Esse novo provimento que ignora a existência de pessoas intersexo no registro civil, também, na prática, não vai dar certo porque não sai o CPF, mesmo porque a gente entrou agora com um debate do CPF, mas vai demorar. O que acontece na prática: se aquela criança precisa de um CPF para ter um simples convênio médico, ela não pode ficar com o documento com sexo ignorado. Tem muitas mães que gostariam de educar o filho tendo sexo ignorado na certidão e não estão conseguindo.

Então, eu trouxe rápidos relatos de mães de bebês intersexo. Esses bebês alguns têm quatro meses, outros, seis meses; peguei relatos recentes para mostrar que isso não aconteceu há trinta anos, mas está acontecendo todos os dias e em vários lugares do Brasil. Vou ler alguns.

Esse foi a cem quilômetros de São Paulo: “Meu bebê nasceu em 2019, e o médico gritou “credo, o bebê é hermafrodita”, me deram sedativo e não deixaram minha irmã tirar foto do bebê, perguntaram se queria dar para adoção. Chorei muito e pensei: “Eu sou mãe, tenho que acolher e proteger meu filho de pessoas assim como esses médicos”.

“Minha filha tem quatro anos, iam operar distrofia. Quando saiu da cirurgia, os médicos disseram que tiveram que fazer uma vagina nela. A vagina infeccionou no pós-cirúrgico e a bexiga necrosou, tiveram que amputar a bexiga. Hoje ela vive com incontinência fecal e urinária.”

“Os médicos me passavam por doida, porque falei que ia deixar meu filho escolher o que ele queria ser sem intervenções de cirurgia, colocaram o psicólogo para falar comigo, e o psicólogo tinha que me convencer que o melhor a fazer era a cirurgia até os dois meses porque como eu iria educar minha filha sem ser menina ou menino. Ele dizia: ‘Mãezinha, não fique indo atrás de informações, principalmente, no Google. Tudo o que vocês precisam saber está aqui na nossa equipe médica’.”

Uma mãe questionando as cirurgias, a estética, não estou falando das questões de saúde, porque tem mães aqui que conseguiram, por exemplo, tinha questão de desvio de urina, e elas conseguiram fazer depois de muita briga só o necessário e não a parte estética. “Comigo aconteceu de os médicos falarem que se ela tiver o resto dos órgãos, está bom. Mas ninguém me explicou nada. Falaram que eu pesquisei demais, que fiquei sabendo de coisas que não precisava saber e que não há nenhum tratamento. Talvez, hoje, ela teria uma saúde melhor, se não tivesse passado pelas intervenções.”

Então, uma outra mãe fala: “Tratam como algo extremamente anormal, desde quando me deram a notícia. Ficou aquele ‘ai’, de algo muito grave que estava acontecendo com aquela família, um ar de pena, até da equipe ‘coitados, o bebê não é menino nem menina’. Então, ele não era ninguém.”

Então, eu trouxe alguns relatos para complementar, porque a gente teve falas bem ricas.

(NÃO IDENTIFICADA) – Um minuto, Thaís, por favor.

A SRA. THAÍS EMÍLIA – E eu acho importante mostrar, porque as mães são culpabilizadas sempre e eu queria mostrar justamente isso, essa pressão que elas sofrem e essa violência que essas mulheres passam.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Thaís, pelo seu depoimento. Nós, da Comissão de Direitos Humanos, manifestamos nossa solidariedade a você e a todas as outras mães e famílias que tenham passado ou que estejam passando por esses horrores, por esses crimes, por esses absurdos que você compartilha conosco aqui nesta tarde e nesta Audiência.

Saibam que vocês não estão – já devem saber, pelo conjunto da obra desta Audiência Pública – sozinhas e jamais estarão. É repugnante, indignante, cruel e covarde que mães, seus bebês e famílias precisem passar e ouvir esse tipo de atrocidades tão asquerosas como essas que você relatou aqui para nós esta manhã.

Então, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo quero manifestar o nosso apoio e a nossa solidariedade a você e, na sua figura, a todas as mães e familiares que estejam enfrentando o mesmo problema e trabalhem e torçamos para que um dia isso suma de nossa sociedade.

Enfim, continuando, gostaria de convidar, acho que se pronuncia assim, se eu pronunciar errado, me corrija, por gentileza, Wyrá Potira, arte educador, pesquisador, *performer* e pessoa intersexo transmasculine, membro da Associação Brasileira de Intersexo. Tem a palavra pelo tempo de cinco minutos.

Não estamos ouvindo, acho que travou. (Pausa).

Não estamos ouvindo, Wyrá, estou vendo você, sei que está conosco, mas não consigo lhe ouvir. Então, vou dar continuidade por conta do horário e depois eu volto para ver se você conseguiu resolver essa questão, que é meramente técnica. Estamos lhe vendo daqui.

Então, agora, nós vamos passar a palavra para Walter Mastelaro, jurista, membro da

Comissão de Diversidade da OAB/SP.

A SRA. CAROLINA IARA – Pela ordem, Presidenta. O Walter justificou a ausência.

É a Carolina Iara falando.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Ok. Questiono à Mônica se o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Edson Aparecido; a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Sra. Claudia Carletto; o Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sr. Carlos Bezerra... Se eles estão presentes ou mandaram alguma representação das respectivas secretarias.

A SRA. MÔNICA – Vereadora, só a Secretaria Municipal da Saúde mandou a representante Tania de Souza, que tentou participar no início, mas como estava com aquele problema técnico, ela precisou ir embora porque tinha outro compromisso. As outras secretarias não mandaram nenhuma justificativa.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Perfeito, Monica, muito obrigada. Então, fica aqui também... (Falha na transmissão.) ...brilhantes explicações que, nesta Audiência Pública foram feitas e, mais uma vez, foram omissas neste debate que envolve a vida dessa população. Enfim, essa é uma demonstração do compromisso com a pauta das pessoas intersexo na cidade de São Paulo. Questiono agora se o Wyrá – não sei se estou pronunciando certo, se não estiver, peço perdão – consegue fazer uso da palavra? (Pausa).

(NÃO IDENTIFICADA) – Wyrá, por que você não tenta só o áudio e desliga a imagem? (Pausa).

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – E de repente sem o microfone também. (Pausa).

Eu vou encaminhando então, para o final, e voltamos com mais uma tentativa para você. Gostaria então de passar a palavra a nobre Vereadora Cris Monteiro, que não fez a sua fala no início, mas que pode fazê-la agora.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Vereadora Erika Hilton. Queria dar boa tarde a todas as pessoas que estão conosco. Dizer que foi muito emocionante e que, sempre que

participo de discussões dessa natureza, eu saio diferente, aprendendo mais e me coloco à disposição da causa como sempre. Sou uma mulher cis, porém, eu acredito que eu sou uma colaboradora das causas e quero continuar dessa forma. Os depoimentos foram incríveis e eu fico absolutamente... me falta a palavra, eu fico muito, muito feliz ao ver a Vereadora Erika Hilton trazendo essa pauta para a Câmara Municipal de São Paulo que, como já foi dito aqui, é extremamente conservadora, nega-se a entender, a olhar para além dos seus próprios narizes, e ver que há um mundo de sofrimento de pessoas que não estão sendo reconhecidas, que são obrigadas a serem invisíveis. Eu quero me juntar nessa luta com a Vereadora Erika Hilton, com a Vereadora Carolina Lara, e também com a Vereadora Samara. Os depoimentos especialmente, enfim, todos, o dessa mãe, o dessas pessoas que sofrem essas violências com essas cirurgias, como o mundo está despreparado. Mas eu tenho esperança porque hoje passamos aqui um bom tempo, é pouco tempo, mas é um bom tempo de educação trazendo essa informação dentro de uma Audiência Pública da Câmara Municipal de São Paulo. É um passo em direção à retirada da invisibilidade de todas as pessoas que precisam ser reconhecidas, que precisam ser registradas, que não passem mais por essas cirurgias absurdas. Que o campo médico, que a escola, que todos estejam preparados para receber todas essas pessoas. Eu sofro isso, mas me compeço, tem alguma coisa em meu coração que me leva a lutar junto com todas as pessoas que sofrem com isso. Então, deixo aqui a minha fala, contem comigo, me usem, estou à disposição da causa.

Muito obrigada, Vereadora Erika.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – MUITÍSSIMO obrigada, Vereadora Cris Monteiro, por sua sensibilidade, pelo compromisso e por entender que não é necessário fazer parte de certos grupos para que possamos nos colocar ao lado deles, e nos unirmos em esforços para rompermos com todos esses males que aqui foram colocados. Indago, nobre Vereador Eduardo Suplicy, se gostaria, de forma breve, de fazer uso da palavra para alguma conclusão.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Quero agradecer, Presidente Erika Hilton e também à Carolina Lara, que propôs comigo que tivéssemos esta Audiência, também à

nossa querida Vereadora, que nos ajudou agora com esse depoimento tão significativo.

Quero dizer que hoje nós ouvimos aqui mais de dez pessoas intersexo. Em toda a minha vida, já completei oitenta anos, eu nunca tinha aprendido tanto sobre o fenômeno de uma pessoa intersexo, por tudo que ela passou, quais são as suas dificuldades.

Acho que nós poderemos, sim, a partir do trabalho que esta Comissão de Direitos Humanos está fazendo, contribuir muito para que pelo menos seja significativamente diminuída toda a reação – digamos – de má compreensão, de perseguição de pessoas intersexo.

Quero dizer, Erika, Iara, que eu aprendi muito, com a Cris Monteiro também, ao ouvir esses depoimentos. Meus parabéns à nossa Comissão. Agradeço o depoimento de todos que colaboraram, inclusive o advogado Paulo Iotti, que deu uma contribuição importante no Supremo Tribunal Federal. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Vereador Eduardo Suplicy.

Vamos tentar ouvir agora o Wyrá, quem sabe seja possível que ele consiga falar.
(Pausa).

O microfone agora está desligado. Wyrá, seu microfone aqui para mim aparece como desligado. Será que você não tem que ligar o microfone, apertar o ícone de abrir o microfone, em cima, ao lado de “sair”? (Pausa).

Acho que nós não vamos conseguir te escutar, o que será uma grande pena.
(Pausa).

Agora abriu o microfone, mas vamos ver. Wyrá (Pausa). Não.

O SR. PAULO IOTTI – Vereadora Erika, permita uma sugestão. Será que a administração aqui, o *host*, não consegue abrir o microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Acho que foi aberto, mas acho que é algum problema de conexão.

Enfim, eu vou dar continuidade para o encerramento. Não é regimental, mas permitirei que a Vereadora faça a sua explanação final pelo tempo de dois minutos. Após a fala da Vereadora Carolina Iara eu tento mais uma vez com você, Wyrá. Se nós não

conseguirmos, infelizmente, nós perderemos a sua contribuição. Mas aí talvez você poderá encaminhá-la por escrito, posteriormente, para que não percamos a sua fala. Já são 13h10 e por algum motivo técnico você não está conseguindo falar. Tenta tirar o fone, conectar em outra rede, sair e voltar para a sala.

Vou abrir essa exceção para a Coveadora Carolina Iara para, no tempo de dois minutos, fazer sua explanação final. Volto na tentativa de te ouvir e aí, se não conseguirmos, sugiro que você encaminhe por escrito.

Coveadora Carolina Iara, você tem o tempo de dois minutos para uma exposição final.

A SRA. CAROLINA IARA – Obrigada, Vereadora Erika, pela oportunidade de falar.

Bem, Wyrá, acho que você deve sair e voltar. Acho que pode dar uma ajuda, isso.

Bem, eu acho que hoje nós fizemos história aqui, trazendo a Audiência Pública, a primeira da Casa. Não sei se em outras casas legislativas já aconteceram audiências públicas de visibilidade intersexo. Não tenho conhecimento. Se tiverem, me corrijam. Mas acho que hoje foi muito pioneiro, fundamental essa discussão dentro desta Casa.

Eu acho que nós devemos, enquanto Parlamentares, Coparlamentares desta Legislatura, nos empenhar para tanto aprovar o projeto de inserção no Calendário Oficial da Cidade do Dia da Visibilidade Intersexo, que a Bancada Feminista colocou para tramitar, de forma que haja, pelo menos, o conhecimento. Já que a Prefeitura está fazendo à egípcia, à pêssega, não mandou ninguém para a Audiência, tendo no Calendário, pelo menos, vão saber que existe.

Outras medidas, tanto de projetos de lei da Bancada Feminista, como da Vereadora Érica, do Vereador Eduardo Suplicy, no sentido de incluir pessoas trans, pessoas intersexo, pessoas não binárias nos espaços públicos, para que não sejamos expulsas de banheiros públicos, de vestiários, assim como que sejamos barradas de entrar em determinados serviços, abrigos etc. Da mesma forma, que todo o arcabouço de Direito seja garantido para as pessoas intersexo também, que têm sido invisibilizadas e excluídas.

Acho que são essas as minhas contribuições. Que bom que temos Vereadores aliados, mas que possamos crescer nessa pauta.

Obrigada, boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Carolina Iara. Questiono se Wyrá consegue fazer uso da palavra, pela última vez.

O SR. WYRÁ POTIRA – Vocês me ouvem?

-- Manifestações simultâneas.

O SR. WYRÁ POTIRA – Gente! (Falha na transmissão. Registro prejudicado.) Todos os microfones, tive de baixar o aplicativo no *tablet* para instalar correndo e tentar falar pelo *tablet*.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Então faça uso da palavra, pelo tempo de cinco minutos. Seja muito bem-vindo.

O SR. WYRÁ POTIRA – Boa tarde. Agradeço imensamente, Érika, por essa insistência de... (Falha na transmissão. Registro prejudicado.) Agradeço a esta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Eu acho que talvez... (Falha na transmissão.)

O SR. WYRÁ POTIRA – Agradeço a todas, todos e todes presentes nesta Audiência e também aos que não estão presentes mais. Não só nesta Audiência, mas no plano desta vida, de tantas vidas que são ceifadas de pessoas travestis gêneros, pessoas intersexo.

Infelizmente, concordo que há ausência do Estado completa, como foi tão falado nesta Audiência, mas, ao mesmo tempo, há presença opressora do Estado quando é para nos categorizar, nos patologizar, para fazer cirurgias e intervenções que são mutilações, ou hormonizações compulsórias, que foi a minha trajetória. Assim como do assassinato de tantas pessoas trans e travestis.

Trago isso à fala, porque como já foi bem pontuado, nós não conseguimos falar das realidades de pessoas trans e travestis sem falar da realidade intersexo e vice-versa. Porque a gente vive num Estado que passa a dizer se é cidadã ou cidadão. Se a pessoa pode ser cidadã, se ele puder, tem o registro. A partir do momento que ela tem o registro ela precisa ser assinalada pelo Estado.

Essa assinalação é um problema não só para pessoas intersexo, como também para travestis, pessoas trans, pessoas não binárias que são atravessadas de formas diferentes, mas que vêm o Estado não só se ausentar, mas pautar como devem ser os nossos corpos, as nossas escolhas, nossas vidas.

Nesse sentido, eu poderia falar de muitas coisas, mas fui muito contemplado com todas as falas. Então vou fixar em dois pontos a minha fala que é o seguinte: há sete anos me reivindico publicamente enquanto transexual e há três anos identifiquei a trajetória da minha vida como uma pessoa intersexo. Por que eu falo “identifiquei”? Porque ninguém me contou que tudo o que eu passei é uma trajetória de uma pessoa intersexo.

Hoje, eu moro em Recife, mas eu nasci em São Paulo e, quando eu vou atrás da endocrinologia do HC daqui eu escuto uma narrativa que é muito parecida com as que eu já conheço de outros estados e, inclusive, de São Paulo.

Eu estou dentro de um consultório, cheio de residentes, narrando, fazendo anamnese da trajetória como intersexo que foi hormonizado compulsoriamente, e um dos residentes me pergunta: “Você sabe se você foi cirurgiado?” Aí, eu falei, assim: “Olha, eu não sei e eu não tenho como saber, porque eu tenho questões que podem me apontar que sim, mas eu não tenho acesso a essa informação, porque pessoas intersexo não costumam ter acesso a essa informação. Sempre descobrimos isso no susto, quando isso não nos é explicitado.”

Do nada, outra residente, que estava no canto da sala, mexendo no computador, interrompe o que está fazendo, para interromper essa anamnese e dizer o seguinte: “Não, mas, eu sou residente da endocrinologia e obstetrícia, e o que nós fazemos não é nada demais. Só se mexe por fora. Não há problema nenhum. Não acontece nada demais. Não é um problema para a pessoa que é cirurgiada”.

Aquilo me impactou de um jeito. Eu já tinha passado por outras situações dentro desse consultório, mas isso, para mim, foi o ponto final para eu não conseguir voltar lá... isso foi há dois anos.

Ao mesmo tempo, se você pergunta, dentro da rede – porque é o tipo de militância

que eu faço –, por onde são as revelações dessas crianças, dessas pessoas intersexo, ninguém sabe dizer. É como se não houvesse. É como se não existisse. É como se fosse um fantasma. Mas, ao mesmo tempo, está acontecendo e só surge nesses momentos em que questionamos essa verdade médica. Agora, como uma mãe vai poder questionar uma verdade médica, sendo que vivemos um Estado em que a verdade médica é maior do que o nosso direito ao nosso corpo?

Outro ponto que eu menciono é que, nesta semana, conversando com um residente do ambulatório LGBTQIA+, após ser atendida, ele comenta comigo que, quando era residente na pediatria, aconteceu um caso de uma criança intersexo e não houve tempo de entender que ela tinha questões urgentes para além da genitália ambígua. E ela veio a óbito. Aí, eu reforço as falas sobre o quanto não há uma atenção para a pessoa, e sim para aquilo que a medicina diz que precisa ser cuidado.

Eu passei por situações, na minha vida, que se refletem, como muitas pessoas já pontuaram, aqui, de inúmeras formas. Eu fui hormonizado por vários anos e falava-se que a necessidade dessa hormonização seria para que eu tivesse saúde. Na verdade, essa hormonização era o que me fazia mais mal. Eu não tenho um cariótipo, hoje. Nunca foi feito. Nunca me disseram que eu era intersexo. Eu fui tratado no antigo Ambulatório Flávio Giannotti, ali, no Ipiranga, e eu só fui hormonizado, porque eu precisava. Por ter um útero, eu tinha de ter uma menstruação e, aí, a partir do momento em que passaram a me hormonizar, eu tinha hemorragias. Eu ficava por 15 ou 20 dias. Eu comecei a ter ovário micropolicístico. Eu comecei a ter uma série de questões que só se resolveram quando, por conta própria, aos vinte e três anos, eu decidi parar de me hormonizar e, hoje, mesmo não tendo conseguido alcançar essa autonomia, não tenho acesso a estudos, realmente comprometidos que possam me dizer, por exemplo, se eu vou ter algum problema fazendo reposição hormonal masculino.

E a outra condição é voltada para Educação porque sou Educador, estudante de Pedagogia, Pesquisador na Educação e na Arte, concordo totalmente com a fala de Sara, só complemento no sentido de que não temos que corrigir os corpos das pessoas intersexo para

que elas possam estar na escola. A escola, a Secretaria de Educação e as políticas públicas têm que construir um debate para que possamos estar dentro das escolas, e isso não seja um problema. Que seja questionado, por que separa brinquedo de menino e brinquedo de menina? Parece uma bobagem, mas não é. Por que separa fila de menina e de menino? Por que a gente continua fazendo esse tipo de conformação dentro das escolas? E não tem informação. Eu falo porque estou em processo de formação. Dentro das Universidades e dentro das Secretarias no processo de formação continuada, não temos informação para gênero e sexualidade. Isso vai implicar em machismo, misoginia, homofobia, transfobia e também intersexofobia. Só demandei de um atendimento médico porque eu estava em um sofrimento porque eu era um corpo andrógino, que tinha uma corporeidade de uma criança de primeira série, estando na sexta, na sétima série. Não tinha nenhum pedagogo, nenhum psicólogo, nenhuma equipe que pudesse formar sua própria equipe, me acolher e acolher aquela comunidade escolar para que aquela comunidade escolar me acolhesse.

Concluo falando que, não por acaso, cerca de 82% das pessoas trans, e travestis, pessoas não binárias são expulsas das escolas hoje. E como já foi dito pela Bruna, uma parte dessa população é intersexo. Precisamos, urgentemente, debater isso. Agradeço, mais uma vez, esse espaço e que seja o primeiro de muitos e que consigamos encaminhar importantes decisões para essas transformações necessárias às questões das pessoas intersexo.

Boa tarde a todos. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Sra. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. Que seja compilada as Notas Taquigráficas dessa Sessão, que é histórica, e que possa haver uma publicação da mesma, com uma introdução feita pela Carolina Iara e por V.Exa. Sra. Presidente Erika Hilton, explicando o que é o fenômeno da intersexualidade. Por que nós, inclusive eu, precisamos aprender mais para poder respeitar todas as pessoas de natureza intersexo. Essa é a sugestão que deixo. Seja feita uma publicação dessa reunião com uma introdução, também, da própria Vereadora Cris Monteiro que soube compreender, tão bem, a importância desses depoimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nobre vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, diante da sugestão de V.Exa. solicitarei à Secretaria da Comissão que disponibilize as Notas Taquigráficas e, posteriormente, discutiremos como encaminhar essa introdução e como trabalhar em cima desse material. A princípio só faço a solicitação das Notas Taquigráficas do debate que ocorreu nessa manhã e um pedaço dessa tarde.

Uma Audiência, sem sombra de dúvida, como já foi dito pelos nobres Vereadores que me antecederam, histórica. Acho que abre um precedente extremamente importante. Pudemos ouvir nessa manhã vários aspectos que envolvem a existência, a vivência, as particularidades, o atendimento, na figura do Dr. Magnus, mas também a visão jurídica com a presença do Dr. Paulo Iotti – nesta Audiência Pública, que trouxe um olhar global de um problema grave, de um problema sério, de um problema estrutural e estruturante da sociedade brasileira, que é tão desprezado, tão eufemizado.

Quando é tratado, é tratado de forma cruel, tratado de forma covarde, tratado de forma a trazer ônus à vida e às particularidades anatômicas, sexuais e fisiológicas dos indivíduos intersexo. Nós não podemos viver e conviver com tal realidade sem nos indignarmos, sem nos colocarmos na contramão desse grave retrocesso. É assustador que a ciência e a tecnologia têm avançado tanto, em tantos aspectos, mas que ainda hajam famílias, hajam vidas, hajam mães, hajam crianças, adultos e adolescentes sendo tratados através dessa ótica, dessa perspectiva preconceituosa e patologizante no que diz respeito ao tratamento das pessoas intersexo.

Eu queria trazer também uma provocação feita pela Antra, que vi ontem no Twitter, e falava com referência ao Novembro Azul. Foi uma provocação que me chamou bastante a atenção para um debate que precisa ser trazido para essa Casa e que trarei nos próximos dias. Saímos do Outubro Rosa e estamos entrando no Novembro Azul, e, após esse debate, que não é um debate apenas da identidade e da compreensão do sujeito na sociedade, mas é um debate que está atrelado à biologia, à anatomia, à fisiologia e a tantos outros espectros científicos, nos perguntamos: aonde cabe a saúde dessas pessoas? Aonde nós estamos quando não somos contemplados no Outubro Rosa? Quando somos expulsos do Novembro Azul? Quando temos

características como essas apresentadas nessa Audiência Pública?

Esse é um debate que nós também precisamos fazer: é o debate da exclusão, é o debate sexista que cria datas, sem sombra de dúvida, extremamente necessárias e importantes voltadas à saúde dessa população, mas que acaba excluindo a existência do debate acerca da saúde da população transvestigênere. E aqui me refiro ao termo transvestigênere e às pessoas intersexo, tema que nós discutimos nessa manhã.

Foi um debate riquíssimo, inúmeras contribuições foram trazidas. A Comissão de Direitos Humanos, na figura dessa Presidenta, agradece o trabalho árduo que vem sendo realizado junto a sociedade. Abrimos e escancaramos as portas dessa Comissão para que ela possa ser buscada, pautada, para que atuem em conjunto com todas essas instituições que estiveram aqui presentes. Não só com as instituições, mas também com os indivíduos que aqui puderam fazer o uso da palavra e trazer suas realidades, suas angústias, suas dificuldades, seus anseios.

Quais caminhos precisam ser traçados para que possamos superar isso? A Audiência Pública tem o dever de escutar, mas ela também tem a obrigação de trazer devolutivas, de trazer respostas aos problemas apresentados pela sociedade civil. Sem sombra de dúvida essa Comissão irá se debruçar diante dessa temática, como tem se debruçado diante dos demais inúmeros temas que têm sido tratados aqui, para que essa Casa possa se colocar como alguém que tente organizar as mais inúmeras demandas que foram apresentadas nessa manhã, nessa Audiência Pública.

É uma audiência histórica e que ficará gravada nos Anais desta Casa como espaço de escuta, de acolhimento e de alternativas de construção de políticas públicas para as pessoas intersexo na cidade de São Paulo.

Não tendo nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Audiência, agradecendo a presença de todes e desejando a todes uma ótima tarde e um bom resto de semana.

Muitíssimo obrigada.